

A SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS E SUA PRÁTICA COM CRIANÇAS AUTISTAS EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DA CIDADE DO RECIFE.

Viviane França Lins (1); Daniela Santos Alves de Lima (2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

E-mail: viviane.pe@hotmail.com; danielalima87@yahoo.com

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada pelo interesse de observar na prática se o atendimento educacional especializado oferece um conjunto de atividades pedagógicas institucionalmente, podendo completar ou suplementar a formação dos alunos com o espectro autista no ensino regular, também foi observado se a educação especial nesta escola é uma modalidade transversal. Sabemos que apesar das reorganizações efetivadas ao longo dos anos, a educação especial vem progredindo parcialmente com relação à implementação de políticas públicas. Sua efetivação é feita de forma processual, pois nem todas as escolas atendem as necessidades das pessoas com deficiência. Dessa forma, buscou-se observar na elaboração da pesquisa, uma prática efetiva da educação inclusiva na Escola Santa Maria, através de seu atendimento especializado com a sala de recursos multifuncionais, que atende todas as especificidades de maneira igualitária, a fim de promover o desenvolvimento escolar, social e cultural do aluno. Além disso, buscamos identificar os critérios adotados para organização do sistema educacional inclusivo na instituição e possíveis interferências que podem ocorrer de acordo com a realidade escolar da rede pública de ensino. Sendo assim, o trabalho procura avaliar se as atividades pedagógicas para os alunos com o espectro autista que a escola realiza na sala de recursos, atendem todas as necessidades dessas crianças matriculadas, baseadas nas diretrizes da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ou seja, é observado se a escola realmente opõe-se a exclusão, ou se a mesma, utiliza meios de acessibilidade e inclusão tanto na estrutura, quanto no processo de ensino-aprendizagem, com a finalidade de promover a formação autônoma do aluno dentro e fora do âmbito escolar. Nesta pesquisa, o instrumento utilizado para colher os dados foi um caderno e lápis e os métodos foram entrevistas e observações. Esta entrevista durou 1 hora e 30 minutos.

Palavras-chaves: AEE, autismo, inclusão.

INTRODUÇÃO



A realização deste trabalho, se deu por meio do interesse dos textos trabalhados em sala de aula no decorrer de nossa formação pedagógica, que foram de suma importância para que o mesmo fosse desenvolvido de forma prática e específica. Como também, conhecer e aprender sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA), para que pudéssemos compreender as disfunções existentes na criança com TEA, (Silva, Gaiato e Reveles, 2012), através de uma entrevista realizada com uma professora que atende crianças autistas na sala de recursos da Escola Santa Maria, que está localizada em um bairro carente da cidade do Recife chamado: Alto José do Pinho.

Assim, as disfunções citadas acima, me levam a observar durante a entrevista se tais necessidades da criança autista estão sendo atendidas de forma adequada no âmbito escolar, conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Nesse caso, a escola pública, oferece um Atendimento Educacional Especializado (AEE) no ensino regular, através da sala de recursos multifuncional (SRMF), em que a criança é atendida em seu contra turno escolar, por um professor(a) especializado, afim de desenvolver (no caso do aluno autista) suas habilidades e minimizar os reflexos de seu comprometimento que podem prejudicar a interação social, concentração, aprendizagem, comunicação, entre outros.

Tal aspecto, amplia a visão de como o AEE se dá na prática na escola Santa Maria, pois a carência educacional faz parte do contexto do bairro, porém a instituição não desconsidera a importância da inclusão e da equidade em seu espaço, onde reconhece que as dificuldades na rotina pedagógica estão presentes tanto para o educador, quanto para a escola, considerando assim a necessidade de haver mudanças e reelaborações na prática educativa, sempre que for preciso para que tais necessidades da criança com TEA, sejam atendidas.

Com isso, Vygotsky também reconhece que as crianças com deficiência, pode desenvolver suas competências e habilidades de maneira diferenciada, sem abrir mão de sua qualidade nas estratégias de ensino, pois o que reforça a dificuldade na aprendizagem é o padrão de normalidade que a sociedade impõe e engessa para que esses alunos evoluam no processo de ensino-aprendizagem da mesma maneira dos que não tem deficiência. (Cavalcante e Ferreira ,2011).

A resistência e conservação, ao padrão de “normalidade” não se enquadra com o perfil da escola Santa Maria, já que ela tem uma postura de interesse em oferecer ao aluno com TEA, não só materiais pedagógicos adequados as especificidades do mesmo, como também



preocupa-se em contribuir com uma didática humanizada, o que promove uma relação dialógica mais aproximada com os pais desses alunos, o que facilita cada vez mais na compreensão, acerca das particularidades que envolvem a criança autista, especificamente no ambiente escolar, em que há uma luta constante para que a inclusão ocorra de forma efetiva e não de maneira integrada ou segregada.

Dessa forma, sabemos que o aluno com TEA é protegido por lei, e tem o direito de que essa inclusão seja de fato prática na vida escolar do mesmo, além de termos a Política Nacional da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei n ° 12.764/ 2012, temos o Projeto de Lei Ordinária n° 47/ 2015, ambas garantem proteção da criança com autismo, desde de seu diagnóstico, tratamento, medicação, educação, com o seu devido acompanhamento até a sua inserção no mercado de trabalho, a fim de que a pessoa com autismo seja reconhecido como alguém apto para aprender, exercer e por que não também ensinar, tão bem determinadas atividades a serem executadas, quanto as pessoas neurotípicas. O estímulo à inserção da pessoa com transtorno do espectro autista no mercado autista no mercado de trabalho, observadas as peculiaridades da deficiência e as disposições da Lei n° 8.069, de 13 de junho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); (Lei n ° 12.764/ 2012. Art. 2º - V).

Relacionando a teoria com a prática na escola entrevistada, vimos o resultado positivo com relação a inclusão escolar, pois como foi falado anteriormente a instituição procura estudar e elaborar estratégias diferenciadas para que cada aluno seja estimulado especificamente de acordo com as suas necessidades, principalmente no que diz respeito a aprendizagem, interação social, comportamental e comunicativa. A lei n°47/2015 reforça que: Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino das redes públicas e privada de educação ficam obrigados a incluírem em seu ensino regular crianças ou adolescentes portadores do Transtorno do Espectro Autista. (Art. 4º).

Sabemos o quanto já avançamos na educação com relação a inclusão no âmbito escolar e o quanto ainda falta para ser realizado de forma qualitativa, desde a prioridade do poder público em não apenas garantir essas leis, mas de também investir numa fiscalização eficaz, já que na realidade é pequena com relação a demanda e deficiente, nas escolas de rede pública e privada da cidade do Recife.



ESCOLA VISITADA:

A escola Santa Maria surgiu em 1910, em regime de orfanato no colégio Damas, para dar atendimento as crianças carentes de periferia, passando a funcionar como Escola Mínima no Alto José do pinho, nas dependências do Centro Social Dom João Costa, administrado desde então por religiosas da Congregação Damas da Instrução Cristã. Vinculou-se a prefeitura da cidade do Recife em 1974, onde o colégio Damas cede uma parte das dependências do Centro Social para o funcionamento da escola estabelecendo assim, uma parceria. No contexto da situação socioeconômica dos pais e dos alunos da comunidade como um todo, predominam as profissões de: pedreiro, pintores de parede e automotivos, camelôs, ajudantes de pedreiros, professores, policiais civis e militares, motoristas de ônibus, biscateiros, profissionais liberais e demais categorias funcionais públicas e privadas. Há também muitos desempregados, tendo como renda os projetos do governo como Bolsa escola e Bolsa família, a escola funciona em um prédio cedido pelo Centro Social Dom João Costa, pertencente à Associação Religiosa da Instrução Cristã em Recife, os turnos são manhã e tarde.

II - ENTREVISTA COM A PROFESSORA ESPECIALIZADA PARA ATENDIMENTO DO ALUNO AUTISTA NA SRMF.

1. Quais deficiências a sala de recursos atende e está equipada para receber? Qual é o público atendido na sala? Atende alunos da comunidade?

Adequada e preparada a receber crianças com todos os tipos de deficiência sendo que a sala especificamente, atende de acordo com os critérios do MEC, é a sala tipo 1.

2. Que atividades são realizadas com os alunos com TEA? Há recursos voltados especificamente para eles?

A atividade é realizada individualmente, com estímulos através do comando, danças, pinturas, interação social, seleção de objetos e brinquedos de acordo com sua funcionalidade

3. É elaborado um planejamento individual para esse aluno?

Sim. Para a aluna que tem o espectro autismo foi estabelecido este planejamento;

Objetivo Geral:

- *Construir competências adequadas que facilitem o processo de aprendizagem, de interação social, limite, oralidade/comunicação visando a sua autonomia.*



Objetivos Específicos:

- *Estabelecer a rotina na sala de recursos multifuncionais*
- *Trabalhar com jogos de memória, quebra-cabeça, encaixes.*
- *Estimular a comunicação oral*
- *Estabelecer a sua autonomia em sala de aula*
- *Organizar o ambiente escolar adequado ao seu nível de aprendizagem*
- *Estabelecer limites através do olhar, da oralidade e do toque.*
- *Estimular o reconhecimento do seu “eu”*
- *Oportunizar atividades de livre expressão através da pintura, do desenho, do recorte e colagem, da argila, e de jogos dramáticos.*

4. Você observa o aluno na sala regular? Como? Quando?

Sim. Bimestral ou sempre que necessário. É acompanhado o desenvolvimento do aluno em diferentes locais da escola, não apenas na sala de aula no entanto, é muito importante o professor do AEE observar o aluno na sala regular, observar as atividades que estão sendo realizadas, o comportamento na sala de aula e em situações de conflito. Se há um estagiário para acompanhá-lo, se demonstra independência ao realizar atividades. Além disso, muitas vezes oriento a turma que a criança com necessidades educativas especiais está incluída, orientando para a sensibilidade.

5. O professor da sala regular acompanha as atividades de sala de aula do aluno?

Sim. O professor da sala regular está sempre em contato com o professor do AEE.

6. O professor da SRMF acompanha o planejamento semanal da professora da sala regular?

Sempre que possível.

7. Utiliza os mesmos conteúdos da sala regular?



As vezes sim. No entanto, isso depende do nível de cada aluno com NEE.

8. Cria método específico para as necessidades do aluno? Quais? Como?

Sim. Utilizo métodos específicos porque as crianças com NEE tem suas especificidades, nesse sentido, são abordagens diferenciadas e métodos específicos que atendam as necessidades de cada aluno.

9. O estagiário colabora como professor de AEE ajudando o aluno?

Cada estagiário que acompanha o aluno no dia-dia organiza o registro em um caderno específico sobre todas as atividades realizadas pelo aluno.

10. Qual o perfil do professor que atua na sala do AEE? Tempo de atuação?

** Graduada em pedagogia com especialização em educação especial.*

Trabalha na prefeitura há 28 anos, sendo que especificamente trabalha há 15 anos na educação especial, na escola Santa Maria, a sala de recursos foi instituída em 2010.

A professora tem curso de tiflologia, tem vivência em libras, atualmente sua atuação maior é em surdo cegueira e deficiência múltipla. Participa das formações continuadas propostas pela prefeitura.

11. Existe formação continuada para os profissionais que atuam no AEE? Existe alguma formação continuada que aborde especificamente o Autismo?

Sim.

Com relação a acessibilidade na sala e na escola, a sala de recursos possui acessibilidade para os alunos com todas as necessidades, com rampas e piso estruturado e alinhado, com um banheiro específicos e todo suporte adequado. As deficiências que a professora atende são: surdo cegueira, espectro autista, deficiente intelectual e altas



habilidades. Ressaltamos que o atendimento é realizado uma vez na semana, com alunos matriculados da escola e o número de alunos autistas a serem atendidos pela SRMF é de apenas um.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Após fazermos a pesquisa e obtermos um diálogo significativo sobre inclusão, currículo, formação de professores e políticas públicas com a professora da sala de recursos, verificamos que:

O direito da pessoa com deficiência à educação não era prioridade do governo, visto que só era reconhecido como o tal para os que tinham melhores recursos financeiros, caso contrário, estaria cada vez mais distante e difícil conquistar um espaço na educação, sendo viabilizados como direitos apenas para alguns, especificamente para os membros da classe nobre. Atualmente, com a Lei nº12.764 de 27 de dezembro de 2012, as pessoas com espectro autista são consideradas deficientes, com isso, elas passam a ter mais direitos e as políticas públicas para essas pessoas passam a ser responsabilidade do governo.

Também, sabe-se que ensinar a pessoas com necessidades educativas especiais é um grande desafio e que a escola é local de aprendizado, não é apenas local de socializar. Vimos que atualmente, a inclusão se tornou uma realidade, no entanto, ainda não é efetivada em todas as escolas do Brasil. É comum professores receberem alunos com necessidades educativas especiais (AEE) e sentirem que não existe um apoio especializado, recursos e formação para realizar um trabalho significativo. Apesar de sua lentidão, a caminhada para a verdadeira inclusão vem gerando mudanças no qual reconhecemos que trata-se de um trabalho em equipe.

Por ser uma escola regular da rede pública de ensino, destaca-se por priorizar a inclusão do aluno com deficiência, na luta contra a exclusão que é tão evidente fora da escola, através da ausência de qualidade e equidade de serviços prestados pelo poder público. Ou seja, a sala de recursos multifuncionais dispõe do atendimento educacional especializado (AEE), a fim de elaborar atividades pedagógicas que contribuam para o desenvolvimento das habilidades não só escolares, como também motoras, cognitivas, afetivas e sociais, que até então eram inacessíveis às especificidades destes alunos, tendo estes, participação plena que ocorre no turno inverso ao que o aluno está matriculado. É necessário que seja extinto barreiras que a



sociedade impõe, contribuindo assim para uma formação autônoma e independente vivenciadas pelas pessoas com espectro autista fora do âmbito escolar.

Reconhecemos que é necessário melhorar as condições de trabalho dos professores, que ao trabalhar em parceria com os profissionais da sala de recursos multifuncionais e a família desses alunos, o progresso é notável. Soluções conjuntas é de fato, a solução viável. Promover reuniões é fundamental para a articulação entre o professor da SRMF, o professor da sala de aula regular, a família, buscando soluções específicas para esses alunos com espectro autismo.

A professora da sala de recursos multifuncionais onde fomos fazer a pesquisa ressalta que: “É fundamental traçar objetivos e desenvolver meios que ajudem as crianças a acompanharem os alunos de sua turma”. Nesse sentido, é necessário planejar de forma coletiva, porém, as SRMF geralmente acontecem em contra turnos, ou seja, professores e profissionais especializados trabalham em turnos opostos, dessa forma, pode-se obter contato através de outros meios de comunicação que possibilitem a comunicação entre os profissionais a fim de contribuir para o progresso de cada criança.

Ao presenciar a sala de recursos multifuncionais vimos que existem materiais que ajudam os alunos com espectro autismo, sendo estes, materiais alternativos e que atendem as necessidades específicas de cada um. É importante selecionar o que é benéfico para cada criança em atendimento. Esses materiais planejados entre o professor e o profissional do AEE é fundamental para colaborar no processo de inclusão pois, atenderá as necessidades de cada aluno, alargando suas possibilidades de produzir atividades propostas pelo professor na sala de aula.

Tratando-se do Currículo, quando se trata de autismo, é preciso estrutura-lo à necessidade da criança, o currículo precisa olhar para dificuldades únicas dessas pessoas e trabalha-las, além disso, observar o repertório e os conhecimentos desses alunos, analisar em que se baseiam as adequações, os materiais, e os conteúdos que atendem a eles. É necessário que a escola ofereça condições necessárias para que essas crianças cumpram o currículo comum tendo estes ajustes. As atividades devem ser motivadoras, utilizando as áreas de interesse. A escola deve estar preparada para o diálogo com os pais para evitar possíveis frustrações, deve-se explicar como são definidos os conteúdos que serão trabalhados e como ocorrerá essa prática na sala de aula.



Enfim, continuamos a afirmar que a educação é direito de todo o cidadão, no entanto, deve-se reconhecer que efetivar a matrícula no ensino regular não significa que houve inclusão escolar, e quando se trata de autismo em sala de aula, o professor deve sempre trabalhar as potencialidades desses alunos, sabendo que quem irá decidir até onde esses alunos devem prosseguir são eles próprios. Ninguém poderá definir isto senão eles próprios.

É necessário verificar se o aluno com espectro autismo compreendeu o que o professor quis dizer. O professor deve saber que poderá repetir a explicação várias vezes de maneira clara e objetiva, para que eles possam compreender o que está sendo dito. Palavras de incentivo são fundamentais pois, não só eles mas, todas as pessoas precisam de motivação ao realizar atividades para que se sintam felizes.

Jamais ela deverá ver a escola, o professor, o aprendizado e os colegas de classe como algo aversivo, antes de ensinar qualquer conteúdo, o professor deverá ter em mente que é necessário conquistar o aluno com o espectro autista, gostar de tê-lo na sala de aula, fazer com que ele goste do professor e da sua sala de aula. O professor precisa demonstrar carinho e afeto com essas crianças, além de muita dedicação e paciência.

Concluimos que realmente não existe um método ou planejamento único para se trabalhar com crianças com o espectro autista, da mesma forma que elas não são iguais, cada uma delas tem um brilho único, cada uma delas é um ser único, e o seu desenvolvimento depende muito das pessoas que estão a sua volta. O trabalho com o Autismo não é científico, é humanizador.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA:

CAVALCANTE, T.C.F; FERREIRA, S.P.A. **Impedimentos Cognitivos e a Acessibilidade Comunicacional na Escola: Contribuições da Teoria de Vygotsky.** Ciência e Cognição 2011, vol. 16. P 45.

FAGLIARI, S.S.S. **A Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: O direito à educação para público-alvo da educação especial: Aspectos históricos e normativos.** São Paulo, 2012, p. 73 – 109.

Lei nº12.764 de 27 de Dezembro de 2012.

MEC, Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília. 2008.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

MEC, SECADI, DPEE. **Documento Orientador; Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais.** Brasília, 2007.

Projeto de Lei Ordinária nº 47/2015

PRIOSTE, C. RAÇA, D. MACHADO, M. **Qual a diferença entre educação especial e educação inclusiva?** São Paulo: Avercamp, 2006.

SILVA, A.B.B; GAIATO, M,H,B; REVELES, L,T,G. **Mundo Singular.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

